

Macedo teme aumento da dívida interna

Foto de Ivo Gonzalez

O secretário especial de política econômica, Roberto Macedo, disse ontem no Rio que o governo tem que começar a promover ajustes fiscais para aliviar a política monetária, a fim de evitar um agravamento da situação econômica. Ele disse que esta inversão é necessária para evitar uma explosão da dívida pública. Presente à posse da economista Maria Sílvia Bastos Marques na diretoria da área financeira e internacional do BNDES, Macedo comentou que, já esta semana, o Emendão estará em condições de ser levado ao Congresso para ser apreciado pelos congressistas.

Segundo ele, o governo ainda não trocou o aperto da política monetária pelo ajuste fiscal porque, devido a restrições legais, não pode tomar decisões com a mesma desenvoltura com que o faz no caso das medidas referentes à base monetária. Mesmo concordando que os juros não podem continuar altos durante muito tempo — na última quinta-feira o Banco Central já reduziu as taxas do **overnight** — garantiu que uma queda mais acentuada só virá mesmo quando o governo tiver condições de promover um ajuste fiscal.

Evitando fazer previsões sobre os índices de inflação de março, Macedo garantiu que o governo não pretende mexer na política econômica, já que ela está dando certo. O secretário participou, pela manhã, da primeira reunião do novo Conselho de Administração da BNDESPar.



Macedo (à esquerda) observa Modiano cumprimentar Maria Sílvia Marques

Modiano, o “Homem de Desenvolvimento”

O presidente da Associação Brasileira das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), Adilson Tostes, entregou ontem ao presidente do BNDES, Eduardo Modiano, o prêmio “Homem de Desenvolvimento de 1991”. Tostes disse que o prêmio era o reconhecimento pelo trabalho de Modiano à frente do BNDES, especialmente na condução das privatizações. O prêmio, criado em 1985, foi entregue pela primeira vez ao então ministro da Fazenda Dílson Funaro.

Modiano disse que recebia o

prêmio com muita honra e destacou que as pesquisas de opinião indicam que a sociedade apóia a privatização porque entende que ela é uma “mola do desenvolvimento”. Ele lembrou, entretanto, que nesses dois anos na presidência do BNDES foram criados novos programas, como o Finame Agrícola e o Finame Importação. Disse também que o banco abriu financiamentos a empresas estrangeiras e participa de obras como a Linha Vermelha e a hidrelétrica de Xingó.

Gros: crescimento em janeiro foi só de 45%

Sem revelar os números, o presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, disse ontem, no Rio, que em termos nominais a dívida interna cresceu, em janeiro, 45% e que este percentual não causa espanto, pois esse nível de crescimento estava previsto na carta de intenções enviada ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O aumento da dívida foi causada pela liberação dos cruzados novos.

Acompanhado pelo diretor de política monetária do BC, Pedro Bodin, Gros frisou que a grande diferença entre a dívida pública atual e a de 1989 é que, naquele ano, ela era contraída para financiar o déficit primário e, hoje, ela está se expandindo para comprar reservas.

Segundo cálculos do governo, o custo das dívidas interna e externa serão responsáveis, este ano, por 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB). O que está impressionando o governo, disse Gros, não é o crescimento da dívida interna, mas sim o fato das reservas estarem crescendo mais rapidamente que o previsto. Ele não soube informar de quanto foi este aumento.

Antecipando que a meta é reduzir, substancialmente, os juros só em 1993, Gros concluiu afirmando que o governo continuará a política monetária apertada e que, esta decisão, tem “custo social previsto”.